



## PARTE B

### COMISSÃO DE ACESSO AOS DOCUMENTOS ADMINISTRATIVOS

#### Despacho n.º 12855/2013

Considerando que:

a) A Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, e 64/2011, de 22 de dezembro, prevê, nos n.ºs 2 e 3 do artigo 23.º, a possibilidade de renovação da comissão de serviço dos titulares dos cargos de direcção intermédia;

b) O desempenho do Licenciado Rui Álvaro Filomeno de Figueiredo Ribeiro como dirigente e os resultados por si obtidos constituem razão para se considerar que reúne o perfil adequado para continuar a exercer as funções de Secretário da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), cargo equiparado, para todos os efeitos legais, a Diretor de Serviços;

Obtida a concordância da Comissão, e nos termos do disposto no n.º 8 do artigo 21.º, no artigo 23.º e no n.º 1 do artigo 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, com as alterações entretanto introduzidas, é renovada, por três anos, com efeitos a 4 de outubro de 2013, a comissão de serviço do Licenciado Rui Álvaro Filomeno de Figueiredo Ribeiro como Secretário da CADA.

27 de setembro de 2013. — O Presidente da CADA, *António José Pimpão*.

207284325

### PROVEDORIA DE JUSTIÇA

#### Despacho n.º 12856/2013

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, com a redação atualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Cristina Amélia Moura e Sá Costa Monteiro Varela, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

26 de setembro de 2013. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa*.

#### Nota curricular

*Cristina Amélia Moura e Sá Costa Monteiro Varela*, natural do Porto (16.09.1970).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1993), com pós-graduação concluída em Ciências Jurídico-Públicas pela Universidade Católica Portuguesa e em conclusão do Curso de Pós-Graduação em Direito do Ordenamento do Território, do Urbanismo e do Turismo na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2008/09).

Assessora do Provedor de Justiça, em comissão de serviço, na Área 1, desde 23.10.2003, com especialização nas seguintes áreas do Direito Administrativo Especial: Edificação, Ruído, Obras Públicas, Expropriações por Utilidade Pública, Servidões Administrativas e Domínio Público. Experiência em questões de Direito Constitucional e Direito Comunitário. Participou em inspeções, inquéritos e averiguações também na área dos Serviços Prisionais e da Polícia de Segurança Pública e tomou parte em inspeções a instituições de acolhimento para idosos da Segurança Social.

Prestou serviços de assessoria jurídica na Alta Autoridade para a Comunicação Social (2003). Inspectora Superior Principal da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça (2000/2003). Assessora do Provedor de Justiça, em comissão de serviço, na Área 5 com especialização nas seguintes áreas: Direito Penitenciário, Direito dos Estrangeiros, Registos e Notariado, Direito Judiciário (1994/2000). Advogada estagiária em A.M. Pereira, Sáragga Leal, O. Martins, Júdice e Associados (1993/94).

Autora e coautora de trabalhos científicos na área do Direito Penitenciário e do Direito Administrativo.

Representou a Provedoria de Justiça a nível interno e internacional.

Frequentou cursos, ações de formação profissional, seminários e colóquios relativos ao Direito Administrativo, ao Direito Constitucional, ao Direito do Ambiente, do Urbanismo e do Ordenamento do Território.

207284317

#### Despacho n.º 12857/2013

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, com a redação atualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Maria Belo Ravara Possolo, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

26 de setembro de 2013. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa*.

#### Nota curricular

*Maria Belo Ravara Possolo*, natural de Lisboa (17.12.1966).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa com a classificação média final de 15 valores (1989) e com pós-graduação em Direito da Comunicação pelo Instituto Jurídico da Comunicação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Advogada (1991/92).

Técnica Superior Especialista na Direcção-Geral de Regulamentação do Instituto das Comunicações de Portugal (Anacom) onde ingressou em 1.07.1991.

Exerceu funções docentes na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1990/92) e na Universidade Internacional (1992/94).

Assessora do Provedor de Justiça, em comissão de serviço, na Área 1, desde 10.01.1994, com especialização nas seguintes áreas do Direito Administrativo Especial: Domínio Público, Ruído, Águas, Qualidade do Ar, Solos, Avaliação do Impacto Ambiental, Conservação da Natureza, Turismo, Urbanismo, Património Cultural e Direito Agrário. Experiência em questões de Direito Constitucional, Direito Comunitário e Direito Civil (arrendamento e direitos reais). Coadjuvação e substituição do coordenador nas suas faltas e impedimentos. Colaboradora jurídica especializada no Gabinete do Provedor de Justiça desde 17.12.1993. Participou em inspeções, inquéritos e averiguações também na área dos Serviços Prisionais e da Polícia de Segurança Pública e da Guarda Nacional Republicana. Dirigiu o Inquérito Nacional aos Municípios Portugueses sobre a Aplicação do Regulamento Geral do Ruído (2011/2012), suas conclusões e divulgação (2013).

Autora de trabalhos científicos publicados na área do Direito Administrativo Geral, do Domínio Público e do Direito do Património Cultural.

Desempenhou funções de representação do Provedor de Justiça ao nível interno e internacional.

Frequentou cursos, ações de formação profissional, seminários e colóquios relativos ao Direito Administrativo, ao Direito Constitucional, ao Direito do Ambiente, do Urbanismo e do Ordenamento do Território.

207284406

#### Despacho n.º 12858/2013

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, com a redação atualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Carla Maria Vicente, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

26 de setembro de 2013. — O Provedor de Justiça, *José de Faria Costa*.

#### Nota curricular

*Carla Maria Vicente*, natural de Vendas Novas (21.06.1969).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra com a informação final de Bom (1992), concluiu na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em que exerceu funções docentes (1997/99), os cursos de pós-graduação em Estudos Europeus (1993), de Ciências Político-Administrativas (1997) e a fase letiva do Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Comunitárias com a classificação média final de 17 valores (2000).

Assessora do Provedor de Justiça, em comissão de serviço, na Área 1, desde 17.12.2001, com especialização nas seguintes áreas do Direito Administrativo Especial: Edificação e Urbanização, Obras Públicas, Instrumentos de Gestão Territorial, Avaliação do Impacto Ambiental e Conservação da Natureza, Segurança Ambiental, Regimes Territoriais Especiais, Expropriações por Utilidade Pública, Servidões Administrativas e Património Cultural, Jogo, Segurança Infantil, Normas Técnicas. Expe-

riência em questões de Direito Constitucional, Direitos do Homem e sua Proteção pelo Conselho da Europa e de Direito Comunitário. Participou em inspeções, inquéritos e averiguações próprios do conteúdo funcional.

Jurista com desempenho de funções na área de Direitos Humanos do Gabinete de Documentação e Direito Comparado da Procuradoria-Geral da República (2001), na Câmara Municipal de Lisboa, integrada na Direção Municipal de Gestão do Imobiliário (1996/2001), como vogal da Comissão de Avaliação do 7.º Bairro Fiscal de Lisboa (1998/2001) e, na área de Direito Internacional, nomeadamente Proteção Internacional Dados Pessoais, Estatísticas da Justiça e Estudos Jurídico-Sociais, no Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (1993/96).

Formadora certificada pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (2001).

Autora de artigos e monografias e científicos publicados, nomeadamente A Urgência na Expropriação: Algumas Questões, Lisboa, 2000 (1.ª edição) e 2008 (2.ª edição); A Proteção Jurídica dos Espaços Verdes Urbanos, in Revista Jurídica do Urbanismo e Ambiente, n.º 15/16 (2001), A Audiência dos Interessados no Direito Comunitário, Boletim de Documentação e Direito Comparado (2000).

Oradora em conferências sobre Direito da Segurança Infantil, Direito do Urbanismo e Direito do Património Cultural. Frequentou cursos, ações de formação profissional, seminários e colóquios sobre Direito Comunitário, Direito do Ambiente, do Urbanismo e do Ordenamento do Território, Direito da Função Pública, Direito Penal, Direito Financeiro e Direito Bancário.

207284293



## PARTE C

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Gabinete do Secretário de Estado do Desporto e Juventude

##### Despacho n.º 12859/2013

Considerando o brilhante percurso de mais de cem anos vividos pelo Centro Militar de Educação Física e Desportos (CMEFD), criado em 1911 com o nome de Depósito de Remonta e Garanhões, na formação do pessoal técnico nas áreas da Educação Física Militar, da Equitação, da Esgrima e do Tiro desportivo, não só no seio do Exército Português, mas também na Força Aérea Portuguesa, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública e inclusivamente junto da sociedade civil;

Considerando o seu papel no apoio ao treino físico de todo o pessoal do exército, na organização de provas desportivas e no desenvolvimento de atividades no domínio da medicina desportiva;

Atendendo ao contributo que os seus formadores deram para a imagem de excelência da formação ministrada em Portugal na vertente do desporto proporcionando, por um lado, cursos a militares e civis dos Países de Língua Oficial Portuguesa e frequentando, por outro, ações de formação complementar em países europeus, em que as suas prestações obtiveram classificações de muito destaque, ou através da “Reprise da Escola de Mafra”, cuja qualidade das apresentações em países como França, Suíça ou Marrocos, muito lustraram o nome de Portugal;

Atendendo que, ao longo destes anos, para além da resposta que soube dar às necessidades do Exército Português, o Centro Militar de Educação Física e Desportos revelou sempre uma grande capacidade em interagir com a sociedade civil, no âmbito da atividade física e do desporto, destacando-se a celebração de protocolos, por um lado, com a Faculdade de Motricidade Humana, apoiando a investigação universitária, através da disponibilização de dados para a realização de mestrados e doutoramentos e por outro, com variadas federações de modalidades desportivas, como a Federação Equestre Portuguesa, a Federação Portuguesa de Orientação, a Federação Portuguesa de Esgrima, entre outras.

Considerando que muitos militares ligados a este Centro se licenciaram e doutoraram em Educação Física e orientaram as suas vidas profissionais para a formação nas Ciências do Desporto, como são exemplo o Sr. Coronel António Leal d’Oliveira, primeiro subdiretor do Instituto Nacional de Educação Física, ou para o dirigismo federado, como é o caso do Coronel Paula Santos, Presidente da Federação Portuguesa de Pentatlo Moderno na década de 90, do Coronel Praça, Vice-Presidente da Federação Portuguesa de Patinagem de 1983 a 1985, ou do Coronel Telles Grilo, atual Diretor da Escola Nacional de Equitação mas também, enquanto treinadores, o Coronel José Barradas, treinador da atleta Mónica Rosa (Atletismo), Vice-campeã da Europa de Juniores de Corta-Mato em 1997, ou o Major Hélder Alves, treinador do atirador Joaquim Videira (Esgrima), Vice-campeão do Mundo em 2006 (Espada), ou ainda os conceituados juiz e árbitro, respetivamente, Coronel João Quadros, internacional na modalidade de Pentatlo Moderno, ou o Tenente-Coronel Pedro Henriques, em Futebol de 11;

Atendendo que este centro apoiou e continua a apoiar o movimento associativo desportivo, designadamente as federações desportivas, sendo exemplo paradigmático o apoio aos estágios de preparação para os Jogos

Olimpícos de Los Angeles, em 1984, nas modalidades de Halterofilismo e Atletismo, entre outras, e outros estágios a equipas de diversas modalidades desportivas, tais como o Tiro Desportivo, o Hipismo, a Orientação, a Esgrima, e o Triatlo onde no âmbito de algumas, se destacam nomes ilustres que contribuíram para a formação sob a tutela federativa e assim com importantes contributos ao desporto nacional;

Considerando que, no contexto do desempenho desportivo em representação de Portugal, do universo dos alunos formados neste Centro, militares e civis, são inúmeras as participações em eventos de cariz não só nacional, mas também internacional, como seja na modalidade de hipismo, com cinquenta e cinco participações em Jogos Olímpicos, seis em Campeonatos do Mundo e sete em Campeonatos da Europa, além de várias vitórias em Campeonatos Nacionais, ou na modalidade de esgrima, com cinco representações em Jogos Olímpicos;

Atendendo que, também no domínio dos elencos governativos, foram cometidas a formandos do Centro Militar de Educação Física e Desportos altas responsabilidades nos designios do Desporto Nacional, como é exemplo o Major-General Bacelar Begonha que, de 1976 a 1979, foi Diretor-Geral dos Desportos, Presidente do Conselho Administrativo do Fundo de Fomento do Desporto, Presidente do Conselho de Educação Física e Desporto e Secretário de Estado da Juventude e Desportos dos III, IV e V Governos Constitucionais.

Determina-se:

É concedido o **Colar de Honra ao Mérito Desportivo ao Centro Militar de Educação Física e Desportos**, nos termos dos artigos 5.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 55/86, de 15 de março.

25 de setembro de 2013. — O Secretário de Estado do Desporto e Juventude, *Emídio Guerreiro*.

207293551

#### Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P.

##### Deliberação (extrato) n.º 1821/2013

1 — Considerando que o lugar de Diretor do Departamento do Cinema e do Audiovisual se encontra formalmente vago e dada a necessidade de, entretanto, se garantir o regular e normal funcionamento dos serviços, torna-se público que, por deliberação do Conselho Diretivo de 9 de setembro de 2013, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, conjugado com o artigo 1.º dos Estatutos do Instituto do Cinema e do Audiovisual, I. P. (ICA,IP), publicados em Anexo à Portaria n.º 189/2012, de 15 de junho, é designado para o exercício, em regime de substituição, do cargo de direção intermédia do 1.º grau, diretor do Departamento do Cinema e do Audiovisual do ICA, IP, o licenciado Paulo Miguel de Carvalho Peres Gonçalves, cujo currículo académico e profissional, que se anexa, demonstra preencher os requisitos legais de provimento do cargo e possuir a competência técnica, a aptidão e o perfil adequados ao exercício das funções inerentes.

2 — A presente deliberação produz efeitos reportados a 16 de setembro de 2013.

26 de setembro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Pedro Ribeiro*.

207284982